

Eixo Temático: Educação de Jovens e Adultos e Diversidades

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA) EN EL CAMPO: PERSPECTIVAS Y DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES.

Silvano da Conceição¹

Agna Santos Amparo²

Resumo: Este artigo investiga a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, com foco na Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER), fundamentado na importância da valorização da cultura afro-brasileira e na luta contra a opressão. O principal problema abordado é como a inclusão da ERER nas práticas pedagógicas pode promover a emancipação da população negra e camponesa. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, com base em Noronha e Ferreira (2000), com análise de conteúdo segundo Bardin (1977) para analisar contribuições teóricas e empíricas de Paulo Freire (1981), Munanga (2019), Gomes (2012), Caldart e Molina (2008) e Arroyo (2017). Assim como a legislação pertinente, como a Lei n. 10.639/2003. Os resultados indicam a necessidade urgente de formação de educadores que compreendam as especificidades da população negra e camponesa, transformando a EJA em um espaço crítico que valorize as vivências dos educandos e enfrente as desigualdades sociais. A pesquisa revela que, apesar dos avanços legais, muitas práticas ainda não incorporam efetivamente a ERER no cotidiano escolar. A análise também destaca que uma educação emancipadora deve respeitar e dialogar com o conhecimento prévio dos alunos, visando desconstruir preconceitos e promover uma identidade étnica positiva. Conclui-se que a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo da EJA no campo é essencial para a reparação social e a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Relações Étnico-Raciais. Emancipação. Cultura Afro-Brasileira.

RESUMEN: Este artículo investiga la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el campo, centrándose en la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (ERER), a partir de la importancia de valorar la cultura afrobrasileña y la lucha contra la opresión. El principal problema abordado es cómo la inclusión de ERER en las prácticas pedagógicas puede promover la emancipación de la población negra y campesina. La metodología utilizada fue una revisión de la literatura, basada en Noronha y Ferreira (2000), con análisis de contenido según Bardin (1977) para analizar los aportes teóricos y empíricos de Paulo Freire (1981),

¹ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Jequié. Bahia. Brasil. E-mail: silconceicao@uesb.edu.br.

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Jequié. Bahia. Brasil, Coordenadora pedagógica no Colégio Social de Protão. Lauro de Freitas. Bahia. Brasil. E-mail: agnamparo@gmail.com.

Munanga (2019), Gomes (2012), Caldart. y Molina (2008) y Arroyo (2017). Además de la legislación pertinente, como la Ley núm. 10.639/2003. Los resultados indican la urgente necesidad de formar educadores que comprendan las especificidades de la población negra y campesina, transformando la EJA en un espacio crítico que valore las experiencias de los estudiantes y enfrente las desigualdades sociales. La investigación revela que, a pesar de los avances legales, muchas prácticas aún no incorporan efectivamente el ERER en la vida escolar cotidiana. El análisis también destaca que una educación emancipadora debe respetar y dialogar con los conocimientos previos de los estudiantes, con el objetivo de deconstruir prejuicios y promover una identidad étnica positiva. Se concluye que la inclusión de la historia y la cultura afrobrasileña en el currículo de la EJA en el campo es fundamental para la reparación social y la construcción de una sociedad más justa.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Relaciones étnico-raciales. Emancipación. Cultura afrobrasileña.1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto rural brasileiro apresenta uma complexa intersecção entre a educação e as especificidades das relações étnico-raciais (ERER). Este artigo visa explorar as práticas educativas que promovem a ERER na EJA com foco na população negra e camponesa, buscando compreender como a inclusão dessa temática pode contribuir para a emancipação social e cultural desses indivíduos historicamente marginalizados. A problemática central gira em torno da urgência de inserir a história e a cultura afro-brasileira nos currículos da EJA, alinhando a formação dos educadores às necessidades e anseios dessa população, destacando a importância da valorização da cultura afro-brasileira e da luta contra a opressão.

Com o intuito de responder como a inclusão da ERER nas práticas pedagógicas da EJA no campo pode contribuir para a emancipação da população negra e camponesa. Adotamos a metodologia de revisão de literatura (Noronha e Ferreira, 2000), para explorar as práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto rural, com o foco na educação para relações étnico-raciais (ERER). Para entender o estado atual do tema, destacamos contribuições teóricas e empíricas que possam guiar a inclusão da ERER nas práticas pedagógicas voltadas à população negra e camponesa fazendo a análise do conteúdo segundo Bardin (1977). O estudo fundamenta-se nas contribuições Paulo Freire (1987, 2011), Kabengele Munanga (1990, 2019), Nilma Lino Gomes (2011, 2012, 2017, 2021) Caldart (2019, 2008) e Molina (2008), que discutem identidade e cultura afro-brasileira, enfatizando a importância do reconhecimento e da reparação social.

A pesquisa retoma a Lei n. 10.639/2003 sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e a Pedagogia do Oprimido, elaborada por Paulo Freire (1987), propondo uma reflexão crítica acerca dos processos de educação e suas implicações sociais, Freire (1987) aborda a relação entre opressores e oprimidos destacando que a transformação social deve ser um feito coletivo, em que os sujeitos educandos não apenas assimilam informações, mas se tornam agentes ativos na busca por suas próprias emancipações (Freire, 2011).

A pesquisa emprega uma abordagem de revisão de literatura para investigar as práticas educacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ambiente rural, com ênfase na educação para relações étnico-raciais (ERER). Noronha e Ferreira (2000, p. 191) definem a revisão de literatura como:

Estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, em um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Trata-se, portanto, de um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo.

A discussão foi organizada em torno de três eixos principais: a relevância da formação de educadores que compreendam as questões étnico-raciais, o papel da educação como um instrumento de mudança social, e a necessidade de uma prática pedagógica que valorize a realidade e a diversidade das populações negras e rurais. Através da análise de textos acadêmicos, foram identificadas as lacunas na formação de docentes e as abordagens que podem ser implementadas para promover uma educação antirracista e emancipatória.

Os resultados ressaltam a urgência de melhorar tanto a formação de educadores quanto o currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrando de maneira efetiva a história e a cultura afro-brasileira nas abordagens educativas. O objetivo é contribuir para a construção de uma identidade étnica afirmativa e para a luta contra a opressão e a marginalização das comunidades negra e rural. Além da revisão da literatura, empregamos a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), que envolve três etapas: pré-análise, exploração do material, categorização ou codificação, e, por fim, o tratamento dos resultados, juntamente com inferências e interpretações.

2 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: A EJA E A LUTA POR DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA NO CAMPO

Ao falarmos sobre os oprimidos, é imprescindível considerar que, ao longo da história, a população negra e camponesa no Brasil tem sido alvo de sistemáticas formas de opressão e exclusão. Em virtude disso, a ação educativa na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo deve, obrigatoriamente, centrar-se nos anseios e necessidades dessa população, com o intuito de promover a equidade e a reparação de direitos, especialmente no que tange ao acesso à educação, que figura como uma das principais causas da exclusão de jovens e adultos dos bens culturais e espaços produzidos socialmente.

Paulo Freire (2011), em suas reflexões, enfatiza que a emancipação da população negra e camponesa é impossível sem uma educação problematizadora. Essa abordagem educacional deve partir das necessidades dos povos do campo, entendendo a educação como um fazer humanista e libertador, onde os oprimidos têm a oportunidade de refletir sobre suas condições sociais e lutar pela sua própria emancipação. Essa perspectiva educacional, que busca compreender a realidade dos educandos e suas lutas cotidianas, é um fator essencial para o processo de transformação social. Em sua obra, Freire (1987), já defendia a importância de uma educação que não fosse apenas transmissora de conhecimentos, mas que também fomentasse a crítica e o questionamento das relações de poder que estruturam a sociedade.

A escritora Carolina de Jesus (2014), se destacou por sua luta contra a opressão social, por revelar as dificuldades enfrentadas pela população negra em seu cotidiano. Em sua narrativa, ela contextualiza a abolição da escravatura e denuncia a escravidão contemporânea da fome, uma questão que, ainda nos dias atuais, atinge particularmente as famílias negras e camponesas. Realidade que corrobora com as observações de Miguel Arroyo ao destacar que, dentre todas as modalidades da educação básica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi, talvez, a mais impactada. Ao considerarmos o perfil dos alunos da EJA, é lamentável notar que muitos podem ter sido obrigados a abandonar a escola devido à pressão econômica, questões de saúde, racismo, desigualdade de gênero, violências ocorridas no ambiente escolar, entre outros fatores. Esses estudantes, conforme apontado por Arroyo (2005, p.29):

Desde que a EJA é EJA esses jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, os limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais. O nome genérico: educação de jovens e adultos oculta essas identidades coletivas. [...] Trata-se de trajetórias coletivas de negações de direitos, de exclusão, de marginalização.

É imprescindível contextualizar a EJA com a educação do campo, já que ambas são políticas públicas que sofrem com o descaso dos poderes públicos, o que acarreta na evasão de muitos alunos e fechamento de escolas. (Da Conceição, Rodrigues, 2022), que segundo os autores Da Conceição e Rodrigues (2022, p. 04):

As escolas do campo, sobretudo, aquelas compostas por classes multisseriadas, encontram-se enfraquecidas, com metodologias tradicionais, ultrapassadas e incoerentes com o novo modelo de educação que se configura como necessária numa época marcada pela rapidez das inovações tecnológicas, do acesso às informações, do fluxo intenso de pessoas e culturas.

A exclusão histórica da população negra, principalmente do campo, se perpetua na distribuição de recursos e serviços sociais. A falta de acesso à educação de qualidade se torna uma armadilha que impede a ascensão social, criando um ciclo vicioso de pobreza e opressão. Diante desse cenário, a formação de educadores que compreendam a realidade da população negra e camponesa é indispensável.

Nesse interim, a atuação dos educadores na pedagogia intercultural representa um significativo desafio, uma vez que os currículos são moldados historicamente e culturalmente de maneira a favorecer a perpetuação do capitalismo, resultando na formação de indivíduos, principalmente os camponeses, segundo critérios impostos pelas classes dominantes. É necessário que esses profissionais desenvolvam uma consciência crítica acerca das questões étnico-raciais e promovam uma educação que enfrente os preconceitos enraizados na sociedade.

Neste contexto, a discussão sobre educação das relações étnico-raciais na EJA-campo assume um papel crucial. Munanga (1990, 2019) discute a importância da identidade negra e suas implicações sociais, enfatizando a luta por reconhecimento e reparação e ressalta que os estudos voltados a essa temática são caminhos de reparação social, fundamentais para fortalecer as identidades culturais dos povos afro-brasileiros. A valorização da identidade cultural nacional e o enfrentamento do preconceito são elementos essenciais para promover a inclusão e o reconhecimento das identidades diversas que compõem a sociedade brasileira. Muitas vezes, os alunos não se reconhecem como negros devido à demonização histórica de tudo que provém da cultura afro, que se manifesta desde a arte até a religiosidade, impactando negativamente na autoimagem e na autoestima desses indivíduos.

Essa abordagem permite um espaço para discutir e valorizar as diferenças étnicas, desconstruir preconceitos e estigmas, bem como reescrever a história que, historicamente, subestimou as contribuições da população negra para a cultura e a sociedade. Seguindo essa

linha, a pesquisa de Doberstein (2010) salienta que a conexão entre a população negra e a natureza, incluindo a agricultura, é uma herança cultural que merece ser valorizada e reconhecida.

Portanto, é fundamental que as práticas educativas na EJA do campo atendam às especificidades da população negra e camponesa. Ao almejar a inclusão social e a reparação de direitos, é preciso criar um espaço educacional que não apenas destaque as lutas passadas, mas também celebre a cultura e as contribuições dos povos afro-brasileiros. A chave para uma educação emancipadora reside na capacidade de construir diálogos significativos que reconheçam a diversidade e promovam a equidade.

Em síntese, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire nos lembra que a educação deve ser de escuta e de diálogo, onde as vozes dos oprimidos são ouvidas e valorizadas. Para que a população negra e camponesa alcance a verdadeira emancipação, a educação precisa ser um espaço de problematização e reflexão crítica sobre as injustiças sociais, buscando não apenas a transformação individual, mas a geração de mudanças coletivas. Tal abordagem educacional não apenas promove a reparação social, mas também reafirma o direito à educação como um meio de superação das desigualdades enraizadas em nossa sociedade. É através dessa luta coletiva que se pode vislumbrar um futuro mais justo e igualitário.

Integrando a Educação Étnico-Racial na EJA do Campo

A inclusão de temas que abordam a história e a cultura afro-brasileira e africana, bem como as relações étnico-raciais, favorece o desenvolvimento de uma cultura de respeito às diversidades, combate às práticas discriminatórias e racistas e contribui para a valorização da diversidade étnico-racial presente em nosso país. Dessa forma, “[...] trata-se de uma (re)construção histórica alternativa e libertadora, que busca elaborar uma narrativa diferente, que se contraponha à perspectiva eurocêntrica predominante” (Gomes, 2012, p. 107).

É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), no Artigo 26A, inciso 2º, estabelece que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas devem ser abordados em todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Contudo, frequentemente, a proposta de transversalizar o currículo com essas temáticas acaba deixando brechas que dificultam a realização de debates nas escolas. Além disso, devemos ser cautelosos com a expressão "somos iguais", uma vez que, embora a noção de

raça não encontre respaldo biológico, as disparidades étnicas na sociedade revelam posições diferentes para negros e brancos.

Conforme Almeida (2019), o racismo se configura como um fenômeno político, histórico e ideológico, e está inextricavelmente ligado à organização política e econômica da sociedade. O racismo é uma prática sistemática de discriminação fundamentada na raça, manifestando-se em ações que geram prejuízos ou privilégios. Essa questão permeia a sociedade contemporânea e é um reflexo do mito da democracia racial, que sugere a inexistência de diferenças entre as raças e a igualdade de acesso aos direitos (Gomes, 2017). Esse mito traz consequências nocivas à vida da população negra, pois ao perpetuar a ideia de que todos são iguais e desfrutam das mesmas oportunidades, a responsabilidade pelas desigualdades recai sobre o indivíduo negro, em vez de ser atribuída à estrutura histórica e social que marginalizou essa população.

Um dos desafios identificados em pesquisas é a falta de planejamento e de materiais específicos para abordar as relações étnicas. Apesar de 20 anos após a promulgação da Lei n. 10.639/2003, muitos educadores ainda enfrentam dificuldades para planejar suas aulas sob a perspectiva das relações étnico-raciais (ERER). Portanto, é fundamental que haja um aumento nos investimentos das esferas federal, estadual e municipal na formação de educadores para que possam desenvolver práticas pedagógicas que promovam a diversidade étnica.

É imprescindível considerar que “[...] o Brasil, enquanto colônia, império e república, teve, ao longo da história, uma postura legal ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que afetam a população afrodescendente até os dias atuais” (Brasil, 2004, p. 7). A cultura africana e afro-brasileira foi difundida através de uma perspectiva europeia que inferiorizou esses povos, e, como consequência, permanecem ideias equivocadas na sociedade que afetam diretamente a construção de uma identidade étnica-racial positiva entre os nossos estudantes. Para Gomes (2001), os efeitos do racismo são tão nocivos que levam o próprio negro a desejar e a buscar uma identificação com o padrão hegemônico branco, o que resulta na negação de sua própria identidade étnica. “[...] ainda precisamos avançar consideravelmente para entender que as nossas diferenças é o que mais nos une e o que nos faz mais iguais” (Gomes, 2001, p. 87).

Ao ensinarmos a história e a cultura africana e afro-brasileira na educação básica, estamos contribuindo para a transformação social e para a construção de uma sociedade que valorize as raízes africanas presentes em nosso país. Assim, é essencial trazer essa temática

à tona em todos os níveis de ensino, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, para que alunos e educadores reconheçam e valorizem sua herança étnico-racial.

2.1 Educação do campo e não para o campo: Relações étnicas e EJA.

A Educação do Campo se caracteriza por seus protagonistas: é fundamental entender que, por trás de uma localização geográfica e de dados estatísticos isolados, reside uma fração da população brasileira que habita essas áreas e está imersa nas relações sociais específicas que compõem a vida no campo, em suas variadas identidades e na identidade coletiva. Há indivíduos de diversas idades, famílias, comunidades, organizações e movimentos sociais. A abordagem da Educação do Campo visa precisamente educar aqueles que trabalham nas zonas rurais, para que se reúnam, se organizem e assumam o protagonismo de seu próprio destino.

Integrar a cultura dos povos africanos ao ensino no contexto do campo é uma abordagem que contribui para o fortalecimento de uma educação antirracista. Essa prática promove a “[...] valorização e respeito às pessoas negras, à sua ascendência africana, bem como sua cultura e história” (Brasil, 2004, p. 12). Autores como Caldart (2019) e Doberstein (2010) afirmam que reconhecer a cultura afro-brasileira é um ato de reparação; esse reconhecimento da herança africana se entrelaça com aspectos da cultura camponesa, incluindo a tradição oral, a luta pela terra e a relação íntima com a natureza e a agricultura.

Embora a Lei n. 10.639/2003 tenha proporcionado avanços, ainda é necessário ir além. Hooks (2013), nos leva a refletir sobre a educação crítica, sugerindo que essa abordagem deve mirar na particularidade de cada estudante. Nesse sentido, é essencial que as discussões sobre as contribuições africanas sejam inseridas de maneira significativa no dia a dia escolar, evitando que essas temáticas sejam abordadas apenas em projetos superficiais durante a Semana da Consciência Negra. As aulas devem incluir problemas reais e experiências vividas pelos alunos, tornando o aprendizado mais próximo da realidade.

Gomes (2012), questiona como os educadores têm abordado estas questões étnico-raciais nas escolas, propondo a inclusão do ensino de história e cultura africana como uma mudança necessária nas práticas pedagógicas. Isso exige uma descolonização do currículo, permitindo que os alunos entendam seu lugar de poder na política e na educação, assim como seu direito à dignidade, sustentando uma educação que se conecte à vida das populações negras (Gomes, 2012)

É fundamental considerar que os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) possuem uma vasta experiência de vida, o que os motiva a expressar suas opiniões e vivências. Esses estudantes trazem um amplo repertório de conhecimentos que buscam expandir, especialmente por terem enfrentado a negação do acesso a uma educação formal na infância e na juventude. Assim, é crucial que o professor parta do conhecimento prévio desses educandos ao discutir temas relacionados a Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER), desconstruindo ideias preconceituosas que foram internalizadas ao longo de suas trajetórias (Freire, 2011).

Os educadores precisam apresentar a cultura africana de uma maneira positiva, referenciando autores e experiências inspiradoras de indivíduos negros. O conhecimento prévio dos estudantes na EJA deve ser considerado como um elemento central no planejamento das aulas, conforme enfatiza Freire (2011). Este autor ressalta a importância de respeitar a autonomia dos alunos e os saberes acumulados em suas práticas comunitárias. Para Freire, é essencial discutir com os estudantes a relevância de certos saberes em relação ao conteúdo programático. A identificação de desafios e possibilidades para o trabalho de ERER na EJA campo sublinha a importância de uma formação contínua que esteja intimamente conectada a essa questão, permitindo que os professores desenvolvam práticas que contribuam para uma educação antirracista.

A formação continuada de professores é crucial para atualizá-los sobre temas que foram negligenciados durante a formação inicial. Esta carência de conhecimento é particularmente evidente nas discussões sobre ERER na EJA campo, tornando a formação docente uma peça central na transformação do cenário educacional nacional e na promoção de uma educação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as possibilidades de abordar a ERER na EJA campo e sobre os novos caminhos para integrar essa temática no currículo escolar é uma tarefa desafiadora. A pesquisa revelou que muitos educadores reconhecem a necessidade de trabalhar a educação para relações étnico-raciais na EJA campo tanto como uma forma de reparação para a população negra quanto como uma estratégia para fomentar uma identidade étnica e racial positiva, no entanto, a formação continuada para a ERER, em colaboração com os educadores, pode ser um meio eficaz para superar essas barreiras.

A pesquisa reforça a necessidade de mudar as concepções existentes na EJA campo para viabilizar a implementação de uma educação antirracista, desconstruindo noções de superioridade e inferioridade.

Neste artigo, optamos por uma abordagem metodológica de revisão de literatura para explorar as práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, com foco na promoção da educação para relações étnico-raciais (ERER). A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender o estado da arte sobre a temática, identificando as principais contribuições teóricas e empiricamente fundamentadas que podem orientar a inclusão da ERER nas práticas pedagógicas voltadas à população negra e camponesa.

Foram realizadas buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para identificar trabalhos relevantes nas seguintes áreas: educação de jovens e adultos no campo e relações étnico-raciais. Os critérios de seleção incluíram: artigos científicos, livros acadêmicos, dissertações e teses que abordam as especificidades da EJA no campo e a educação para relações étnico-raciais. O recorte temporal das publicações foi de 2023 a 2024, com ênfase em estudos que dialogam com a Lei n. 10.639/2003.

A análise dos conteúdos se deu por meio de uma leitura crítica e sistemática (Birdin, 1977) promovendo uma articulação entre diferentes autores e correntes teóricas. Destacaram-se as contribuições de Paulo Freire (1987, 2011), Kabengele Munanga (1990, 2019), Nilma Lino Gomes (2011, 2012, 2017, 2021), Caldart (2019, 2008) e Molina (2008), entre outros, que discutem a relação entre cultura, identidade e educação. Foram identificadas as principais tendências e desafios em relação à inclusão da cultura afro-brasileira no currículo da EJA, bem como as formas de resistência e os avanços na formação de educadores para essa temática.

A discussão foi estruturada em torno dos seguintes eixos: a importância da formação de educadores conscientes das questões étnico-raciais, o papel da educação como ferramenta de transformação social, e a necessidade de uma prática pedagógica que respeite a realidade e a diversidade da população negra e camponesa. A partir da análise da literatura, foram elucidadas as lacunas existentes na formação docente, bem como as estratégias que podem ser adotadas para promover uma educação antirracista e emancipadora.

Os resultados apontam a urgência em aprimorar a formação de educadores e o currículo da EJA, ao integrar de maneira efetiva a história e a cultura afro-brasileira nas práticas educativas. Com isso, almeja-se contribuir para a construção de uma identidade

étnica positiva, bem como para a luta contra a opressão e 2021a marginalização da população negra e camponesa. Além da revisão de literatura utilizamos a **metodologia de análise de conteúdo** proposta por Laurence Bardin é composta por três fases: Pré análise, Exploração do material, categorização ou codificação e por fim, tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Essa metodologia revisada, centrada na análise e síntese da literatura existente contribui para a discussão ampla e fundamentada sobre as práticas educativas na EJA, em consonância com as relações étnico-raciais, visando a promoção de uma educação emancipadora, mais justa e inclusiva, muito carente nas escolas da Eja do Campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BORGES, JULIANA ROSA ALVES. Metodologia de análise de dados na pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo. **Revista GeTeC**, v. 9, n. 24, 2020.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica C. Por uma educação do campo. **São Paulo**, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Concepção de educação do campo: um guia de estudo. Formação de formadores. Reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2019. p. 55-76

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. O Egito antigo. Porto Alegre: **Ed. PUCRS**, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: **Paz e Terra**, 2011.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas para a diversidade. **Sapere aude**, v. 8, n. 15, p. 7-22, 2017.

Hooks, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal Raza! Revista del CESLA, n. 1, p. 192-200, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de antropologia**, p. 109-117, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.